

Origem e memória das universidades medievais

a preservação de uma instituição educacional*

Origin and memory of medieval universities *the preservation of an educational institution*

TEREZINHA OLIVEIRA

Pós-Doutora/USP

Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 – Maringá-PR

teleoliv@gmail.com

RESUMO Analisamos a universidade medieval a partir de dois olhares distintos, mas unidos, que formam a idéia de totalidade desta instituição. Em um, tratamos da sua origem no seio do medievo enquanto criação de um espaço novo de construção e preservação dos saberes. Temos aqui que considerar o papel desempenhado pelos movimentos citadinos, que davam ao mundo medievo uma nova feição, e pelo pensamento escolástico, que alcançava sua plenitude no interior desta instituição. Em outro, tratamos a universidade como um patrimônio histórico, portanto, como uma instituição a ser preservada e recordada. A memória assume, aqui, papel importante como sujeito imperativo da construção do ser pessoa (Aquino). Capta-se seu significado da perspectiva histórica e da memória, revelando o sentido de pertencimento social que possui por dar caráter de universalidade ao saber e ao agir dos homens. História e memória se entrelaçam e a universidade surge como espaço do saber mediado pelas relações do poder político.

* Artigo recebido em 05/09/2006. Aprovado em 15/12/2006.

Palavras-chave universidade medieval, Tomás de Aquino, memória histórica

ABSTRACT Medieval university was analyzed in two different angles, but each one connected to the other, thus conveying the idea of totality of the institution. One of the angles considers its origin and emerging within the core of *medievo*, seen as the creation of a new space for construction and preservation of human knowledge. The role played by *citadin* (urban elites) movements must be taken into account, once such movements used to provide new traits to the *medievo* world; the scholastic thoughts, which reached its plenitude in the institution interior, should also be considered. Regarding the other angle, 'university' is seen as a historical patrimony or inheritance, therefore, as an institution to be preserved and to be in the memory, remembered forever. Herein, memory plays an important role as an imperative subject, responsible for constituting or forming the human being (Aquino). Its meaning is captured under the perspective of both, the history and the memory, thus, showing the meaning of social belonging that it possesses, once it provides a universal characteristic to the knowledge and acting of human beings. History and memory intertwine and the universality emerges as a space of a mediate knowledge and wisdom, through the relationship with the political power.

Key words Medieval university, Tomás de Aquino, memory

Analisaremos a universidade medieval sob duplo aspecto, mas que se encontram unidos e formam a idéia de totalidade desta instituição. Sob o primeiro aspecto, trataremos da origem da universidade enquanto criação de um espaço novo de construção e de preservação dos saberes. É a resposta dos homens medievais às novas exigências históricas. Sob o segundo, consideraremos a universidade como um patrimônio histórico, portanto, como uma instituição cuja preservação e recordação são necessárias. Ressalte-se que não estamos falando apenas da sua preservação material, mas também da retomada do seu sentido original.

Ao considerar esses dois aspectos, compreenderemos a importância da universidade da perspectiva histórica e da memória, retomando o seu sentido de pertencimento social que ela possibilita ao imprimir o caráter de universalidade ao saber e ao agir dos homens. História e memória se entrelaçam, permitindo a compreensão desta instituição como espaço do saber universal mediado pelas relações do poder político, já que, ao longo da Idade Média, a universidade esteve ora sob a chancela do poder laico, ora do papado.

A noção de totalidade permeia, metodologicamente, a pesquisa e a exposição, pois possibilita a compreensão desta instituição na sua essência, a da universalidade. Trabalhamos com dois corpos de documentos: com autoridades medievais, especialmente Tomás de Aquino, e com historiadores contemporâneos, como Le Goff,¹ Verger² e Lauand,³ entre outros. Os dois corpos permitem considerar a universidade desses dois aspectos. Com as autoridades medievais do século XIII, poderemos analisar o debate teórico, a produção dos saberes e as ações dos mestres medievais e, ao mesmo tempo, o agir dos homens, pois esses personagens eram homens de seu tempo. Eles tornam-se o espelho dessa instituição e instrumentos fundamentais de nossa memória. Com os autores contemporâneos, observamos como essa memória foi retomada e construída e em que medida a história desta instituição colabora para que possamos entender melhor o agir humano e a produção dos saberes no âmbito da universidade.

Dadas as premissas acima, principiamos pela análise das formulações historiográficas que mostram a importância das universidades medievais como instituição que construiu e preservou o patrimônio histórico do Ocidente, inaugurando uma nova forma do conhecimento. Assim, ao tratarmos da universidade como patrimônio histórico, estamos retomando elementos que foram decisivos para a construção de nossas identidades sociais. Queiramos ou não, as universidades e outras instituições medievais foram essenciais na construção das nações modernas, pois estas nasceram no interior das grandes transformações do medievo. Sob este aspecto, consideramos que essas mudanças, especialmente as ocorridas no âmbito do conhecimento, não devem ser analisadas e consideradas apenas em função do Renascimento e Humanismo dos séculos XV e XVI. Trata-se de um processo mais longo, até porque as mudanças sociais, culturais, políticas, educacionais do século XIII proporcionaram esses dois grandes acontecimentos históricos, assim como nossas origens e tradições.

Atualmente, em função das traduções, da preocupação em retomar as origens de nossas instituições, aproximamo-nos do legado medievo e percebemos nossa dívida aos séculos XIII e XIV.

Até há pouco tempo, era comum encontrarmos análises que consideravam os teóricos medievais como meros representantes da igreja e do papado. Equivocadamente, atribuíam o nascimento das ciências modernas e do empirismo a Bacon e Descartes. Esses autores expressaram, indubitavelmente, mudanças profundas nas ciências, mas também é inegável que não podemos considerá-los como pioneiros do empirismo, a não ser ignorando pensadores como Roger Bacon (1215-1294), Guilherme de

1 LE GOFF, J. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

2 VERGER, J. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: Unesp, 1990.

3 LAUAND, L. J. *Cultura e Educação na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Ockham (1285/90-1349), Jean de Salisbury (1120-1180), Tomás de Aquino (1225-1274), Alberto Magno (1193-1280).⁴ Estes autores se dedicaram à investigação da natureza, da natureza das coisas, valorizaram a importância das investigações empíricas e compreenderam que, para tratar das ciências naturais, era preciso a experiência e o conhecimento de outras autoridades além das sagradas, como Aristóteles. É o caso de Alberto Magno:

6. A experiência, através de repetidas observações, é a melhor mestra no estudo da natureza (*Sobre os animais* 1. c.19).

7. Só a experiência leva à certeza no estudo da natureza, pois que, em casos tão particulares, não se pode provar através de silogismo (*Sobre os vegetais* n.1).

Mais adiante, Alberto Magno trata das autoridades que norteavam suas investigações,

12. Tome-se pois por princípio que, em questões de fé e de bons costumes, Agostinho deve ser preferido aos filósofos, caso haja idéias diferentes entre eles. Mas, em se tratando de medicina, tenho mais confiança em Galeno ou Hipócrates que em Agostinho; e se ele falar sobre ciências naturais, tomo em maior consideração a Aristóteles ou a outro especialista no assunto (*II Sent.* d.13, a.2).⁵

Esse autor destaca a importância da experiência como elemento essencial ao conhecimento da natureza. Seguidor de Aristóteles, ele percorreu toda a Europa, estudando plantas e animais. Seu comentário sobre Agostinho em relação às ciências revela que, acerca desse assunto, considerava Aristóteles como autoridade.

Essas considerações não pretendem fazer comparações entre os teóricos medievais e humanistas, pois são homens e cientistas de épocas distintas. O propósito é chamar a atenção para o fato de que os mestres medievais, especialmente os das universidades, preocupavam-se com o conhecimento empírico. Elas pretendem destacar que, no seio do medievo, existia muito movimento.

Assim, um estudo sobre as universidades constitui uma forma de consolidarmos nossa identidade e, também, um caminho para entendermos a construção do conhecimento, das ciências humanas e naturais. Enfim, permite-nos entender o nosso próprio sentido de ser pessoa intelectual.

Em fins do século XIX e início de XX, Hastings Rashdall estudou as origens da universidade medieval, publicando, em 1895, uma das principais obras dedicadas ao estudo dessa instituição. Segundo ele, a Idade Média

4 Segundo De Boni, Alberto é "o único cientista a quem se atribui a alcunha de *Magno*, reservada a reis e papas". DE BONI, L. A. *Filosofia medieval*. Porto Alegre: EDIPURS, 2005, p.171.

5 ALBERTO MAGNO. Textos sobre o método e a ciência. In: DE BONI, L. A. *Filosofia medieval*. Porto Alegre: EDIPURS, 2005, p.173.

teria nos legado instituições fundamentais e *imperecíveis*, entre as quais a universidade.

As instituições que a Idade Média nos legou são de um valor maior e mais imperecível do que suas catedrais. E a universidade é nitidamente uma instituição medieval – tanto quanto a monarquia constitucional, ou os parlamentos, ou o julgamento por meio do júri. As universidades e os produtos imediatos das suas atividades, pode ser afirmado, constituem a grande realização da Idade Média na esfera intelectual. Sua organização, suas tradições, seus estudos e seus exercícios influenciaram o progresso e o desenvolvimento intelectual da Europa mais poderosamente, ou (talvez deveria ser dito) mais exclusivamente, do que qualquer escola, com toda a probabilidade, jamais fará novamente.⁶

Duas questões destacam-se nesta passagem em relação à formação de nossa sociedade. A primeira diz respeito à importância de instituições oriundas no medievo e que constituem a espinha dorsal da sociedade burguesa, como a monarquia constitucional, que durante séculos foi a forma de governo de nações européias e que subsiste ainda nos dias atuais. Outro exemplo de instituição medieval ainda existente é o júri, isto para não mencionarmos os bancos, os juro e a carta de crédito. A segunda é que o estudo das universidades medievais permite a compreensão do pensamento e do desenvolvimento das ciências na Europa. Inclusive, o autor afirma que nenhuma outra escola influenciou e influenciará o desenvolvimento do pensamento e das diversas áreas das ciências como a universidade medievla.

Em outra passagem, Rashdall salienta outro aspecto importante da Idade Média e das suas instituições:

A universidade, não menos do que a Igreja Romana e a hierarquia feudal encabeçada pelo Imperador Romano, representa uma tentativa de concretizar um ideal de vida em um dos seus aspectos. Ideais convertem-se em grandes forças históricas pela sua corporificação em instituições. O poder de corporificar seus ideais era o gênio peculiar do pensamento medieval, assim como seu defeito mais evidente assenta-se na correspondente tendência para materializá-los (...) Nossa atenção estará voltada em sua maior parte confinada às primeiras e típicas universidades (...) quando nós comparamos Bolonha com Paris e Paris com Oxford e Praga, verificamos que as universidades de todos os países e de todas as épocas são, na realidade, adaptações, sob várias condições, de uma e mesma instituição.⁷

Ao afirmar que as universidades corporificam os ideais dos homens medievais, Rashdall alerta-nos para o fato de o medievo ser cheio de movimento e vitalidade. Os homens dessa época, como os de qualquer outra,

6 RASHDALL, H. What is a university? In: *The Universities of Europe in the Middle Ages*. (1895). London: Oxford, 1952. 3v, p.3. (tradução livre)

7 RASHDALL. What is a university?, p.3-4. (tradução livre)

erigiram suas instituições para responder às questões que se colocavam, ou seja, materializaram seus ideais em instituições para produzirem suas vidas e traçarem seus caminhos.

O importante nesse processo de materialização de suas idéias é que elas foram tão reais e corresponderam, significativamente, aos interesses dos homens e que muitas prevalecem ainda hoje. Vivemos em e vivenciamos instituições cuja existência data de mais de oito séculos, como a universidade. Acerca da importância e função das instituições humanas, lembremos Guizot, que afirma que as instituições e leis humanas são criadas para responder necessidades de uma determinada época e sobrevivem enquanto as mesmas responderem a essas necessidades e expectativas. Assim, se elas sobrevivem até os nossos dias é porque correspondem ainda a determinadas exigências da vida humana. Dito de outra maneira, ela ainda possuem vitalidade.

Sobre a permanência e a vitalidade das instituições medievais, acreditamos importante a leitura de Tocqueville. Em sua obra *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*, ele descreve a situação da Universidade de Oxford e dos colégios. O autor não está preocupado com as origens dessas duas instituições. Antes, faz severas críticas à manutenção dos seus privilégios e direitos feudais. No entanto, ainda que ele os veja apenas como a expressão do poder e dos privilégios, revela-nos o significado dessas instituições para a sociedade contemporânea.

Oxford é agora uma das cidades mais curiosas que existem na Europa. Dá muito bem a idéia das cidades feudais da Idade Média. Vê-se lá reunidas numa superfície bastante estreita dezenove faculdades, a maioria das quais conserva com exatidão a arquitetura gótica. (...) ela me parece bastante superior, se não a arquitetura antiga, pelo menos à nossa arquitetura moderna. Tem, além do mais, o mérito de ser original. O primeiro sentimento que se experimenta quando se visita Oxford é um respeito involuntário pela antiguidade que fundou estabelecimentos tão imensos a fim de facilitar o desenvolvimento do espírito humano, e pelas instituições políticas do povo que as preservou intactas através dos tempos. (...) As faculdades, cujo conjunto constitui a Universidade de Oxford, foram fundadas originalmente para que nelas se pudesse adquirir toda a instrução que comportavam os séculos que as viram nascer. Foram ricamente dotadas no objetivo de nelas fixar os melhores mestres e oferecer gratuitamente a melhor educação possível. Tal é, evidentemente, o objetivo e o espírito dessas funções, várias das quais remontam aos séculos XIII e XIV. Segundo o costume dessa época, que tinha poucos conhecimentos e prezava apenas a riqueza territorial, uma imensa extensão de terreno foi concedida às faculdades como propriedade inalienável (...).⁸

Ao descrever as construções da Universidade de Oxford, Tocqueville mostra-nos como esse local foi grandioso para os homens medievais. Ele

8 TOCQUEVILLE, A. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*. São Paulo: Imaginário, 2000, p.50-51.

destaca a originalidade e a importância destas construções e a sua relevância como espaço para o desenvolvimento do pensamento intelectual. Sua crítica a essas instituições diz respeito à manutenção de privilégios, à conservação do ensino nos moldes medievais e à permanência da propriedade que essa instituição recebeu desses tempos e que se mantinham como um direito inalienável.

A questão que Tocqueville coloca é a da história, especialmente a das instituições. Quando a Universidade de Oxford foi criada, os homens tinham como bem maior: a propriedade da terra. A forma que encontraram para estimular sua fundação e conservação foi dotá-la com o que melhor assegurava a sua existência. Com o passar do tempo e alteradas as relações sociais, esses direitos, privilégios e o sistema de ensino, que foram condições essenciais à existência da universidade, deixam de ser importantes e se convertem em um ônus à coletividade.⁹

Com efeito, independente destes dois autores tratarem a universidade medieval com propósitos, olhares e em épocas distintas, ambos indicam a sua importância para a construção do pensamento ocidental.

Um outro exemplo positivo acerca das universidades encontra-se na obra *L'Univers du Moyen Âge*, de Fridrich Heer. Nela, o autor apresenta as universidades medievais de maneira parecida com a de Rashdall, destacando, inclusive, com maior preciosismo, sua importância e influência para a civilização moderna.

Parmi les grandes institutions médiévales qui se sont conservées jusqu'à nos jours, à côté de la monarchie constitutionnelle, des Parlements, des jurés de cours d'assises, de l'Eglise catholique, il faut mettre au premier plan les Universités. L'université et la forme d'intellectualisme qui s'y est acclimatée sont des phénomènes spécifiquement européens. C'est de là que procéderent la civilisation scientifique du monde moderne, ces méthodes de pensée.¹⁰

Para Heer, o desenvolvimento científico e os métodos de investigação da natureza realizados nas universidades medievais estão presentes e perpassam o desenvolvimento da civilização ocidental, desde o medievo até as sociedades industriais. Suas palavras expressam a permanência de instituições medievais na construção de nossas identidades e do desenvolvimento científico.

9 Tocqueville revela essa mesma situação de manutenção de privilégios e de ônus para a sociedade em relação aos colégios medievais. "Enquanto o número dos *fellows* continuou o mesmo da Idade Média e a incorporação a eles permaneceu submetida às mesmas regras, o número de crianças educadas gratuitamente diminuiu e foram introduzidos alunos pagantes, de maneira que os rendimentos dos fellows aumentam à medida que a subvenção se torna mais inútil". Tocqueville, A. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*, p.52. A situação dos colégios medievais na França é bastante distinta. Segundo Heer, na obra *L'Univers du Moyen Age*, a Revolução Francesa banuiu estas instituições escolares na nação.

10 HEER, F. *L'Univers du Moyen Age*. Paris: Fayard, 1970, p.247.

Podemos depreender das análises desses autores que, com ou sem privilégios, estas instituições se fazem presente no nosso universo intelectual e material e continuam como lugares de preservação, de criação do conhecimento, da ciência e da cultura, permanecendo como patrimônios históricos.

Após essas considerações sobre o legado histórico dessas instituições, trataremos das suas origens para que possamos compreender sua importância na construção de nossas identidades sociais.

• • •

Na análise das origens das universidades na Idade Média, dois fatos históricos se destacam. O primeiro diz respeito ao conflito político entre os poderes laico e eclesiástico. O segundo liga-se à disseminação do pensamento aristotélico no Ocidente.

Os estudiosos são unânimes em afirmar que diversos acontecimentos interferiram e estimularam o nascimento dessas instituições, como o renascimento das cidades, o desenvolvimento das corporações de ofícios, o florescimento do comércio, o aparecimento do mercador. Existem análises que vinculam as universidades medievais às escolas árabes; outras afirmam que as universidades são filhas das escolas do século XII, dentre as quais a Vitorina e a de Pedro Abelardo. Há ainda outras interpretações, segundo as quais as universidades somente poderiam ter nascido no século XIII, o século das corporações de ofício. Contudo, a disputa pelo poder entre a realeza e o papado, que reivindicavam o governo da sociedade, influenciou sobremaneira o surgimento das universidades.

No início do século XIII, o papa e os príncipes encaravam essas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir, tanto no ensino como nas relações entre estudantes e mestres e entre estes e a comunidade.

As principais universidades do século XIII, Paris e Bolonha, foram criadas por essas autoridades. Dois grandes exemplos da influência desses poderes na organização da universidade medieval são a *Authentica Habita*, de Frederico Barba Roxa, de 1158, e a bula de Gregório IX intitulada *Parens scientiarum universitas*, de 1231. Ambas foram promulgadas para proteger a vida e os interesses dos estudantes e mestres e para organizar a vida acadêmica.¹¹

11 Não analisaremos aqui esses documentos por não fazerem parte do propósito inicial. Contudo, saliente-se que é uma discussão bastante importante para aqueles que pretendem se aprofundar no tema. Temos duas publicações, pela Editora Mandruvá, que discorrem sobre as Universidades e sobre esta disputa política. Consideramos, também, indispensável o artigo *Relações com as Autoridades* de Paulo Nardi. NARDI, P. *Relações com as Autoridades*. In: RIDDER-SYMOENS, H. (coord.) *Uma História das Universidades na Europa*. Lisboa: Casa da Moeda, 1996, p. 75-105. (v.I As Universidades na Idade Média).

Se as disputas políticas estimularam e asseguraram, pelas mais diversas razões, a existência das universidades, a introdução e a difusão nelas das obras de Aristóteles, no século XIII, foram igualmente importantes. Desde o século anterior, com as escolas parisienses, com as Cruzadas e com as traduções árabes verifica-se uma crescente e constante influência do filósofo no Ocidente. Entretanto, foi somente a partir do século XIII que suas principais obras foram traduzidas e se tornaram objetos de estudo e ponto de referência nas investigações da natureza e da sociedade.

As mudanças teóricas trazidas pela filosofia aristotélica às investigações e aos saberes provocaram um grande debate no seio da universidade entre os intelectuais do século XIII. Estudiosos desse período, como Steenberghen (1991),¹² Pieper (1973)¹³ e Gilson (1998)¹⁴ salientam que existiam três grandes correntes teóricas. A primeira refutava o pensamento aristotélico e lutava pela conservação da concepção agostiniana. A segunda pregava o abandono dos escritos sagrados e o alinhamento radical com o pensamento do filósofo. Finalmente, a terceira mesclava essas duas fontes do conhecimento, procurando unir o pensamento de Aristóteles com os escritos sagrados. Esse debate foi intenso e marcou, de maneira indelével, a trajetória intelectual de quase todo o século XIII e as primeiras décadas do XIV.

Este debate influenciou não apenas esta época, mas traçou o caminho teórico da modernidade, pois foi o empirismo aristotélico que dominou os saberes da modernidade. A conservação radical da concepção agostiniana trouxe como resultado as lutas religiosas da Reforma: o próprio Lutero era um seguidor desta doutrina. A concepção tomasiana de equilíbrio entre os escritos sagrados e aristotélicos se perdeu e, junto com ela, a idéia de um equilíbrio entre as duas correntes do pensamento. Prevaleceu a radicalidade dos princípios, ora religiosos, ora empiristas. A idéia de uma totalidade do conhecimento diluiu-se nas diferentes verdades dos saberes. Essa radicalidade no pensamento teórico definiu, inquestionavelmente, os caminhos sociais, políticos e econômicos das nações que se formaram no final do feudalismo, bem como as colônias do novo mundo.

Há que se destacar, também, um outro aspecto que resultou desse debate teórico e que deixou marcas na modernidade, colaborando para a construção de nossas identidades sociais. Esse aspecto relaciona-se às duas grandes universidades medievais: a de Paris e a de Oxford.

Em Paris, prevaleceu o debate entre as tendências aristotélicas e agostinianas, portanto, o debate entre teologia e filosofia: o embate teórico. Em Oxford, onde as idéias franciscanas (agostinianas) prevaleceram, tivemos

12 STEENBERGHEN, F. *La Philosophie au XIII siècle*. Louvain: Éditions Peeters, 1991.

13 PIEPER, J. *A Filosofia Medieval y Mundo Moderno*. Madrid: Rialp, 1973.

14 GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

o predomínio do estudo da natureza, da investigação das coisas lógicas e matemáticas, em suma, do pensamento empírico.

Essas características marcaram o futuro dessas duas nações e da sociedade ocidental como um todo. Enquanto na Inglaterra assistimos a difusão de um pensamento pragmático e objetivo (e isso aparece explícito na história desta nação, nos nomes que se destacaram nas ciências da natureza e na objetividade da língua), na França, a permanência do pensamento filosófico propiciou o surgimento do Iluminismo. Nessa nação aconteceu a revolução, expressão de um dos maiores embates históricos, inclusive no campo das idéias, com a luta das idéias iluministas contra as feudais.¹⁵ Diante de tantas influências e lembranças, podemos afirmar que a universidade, nascida no século XIII, contribuiu e ainda contribui para a construção das nossas identidades coletivas.

Consideremos, a partir de alguns estudiosos, as origens dessa instituição. Iniciemos com Verger, que afirma:

O surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, é um momento capital da história cultural do Ocidente medieval (...). Pode-se compreender que ela comportou, em relação à época precedente, elementos de continuidade e elementos de ruptura. Os primeiros devem ser buscados na localização urbana, no conteúdo dos ensinamentos, no papel social atribuído aos homens de saber. Os elementos de ruptura foram inicialmente de ordem institucional. Mesmo que se imponham aproximações entre o sistema universitário e outras formas contemporâneas de vida associativa e comunitária (confrarias, profissões, comunas), este sistema era, no entanto, no domínio das instituições educativas, totalmente novo e original, (...) o agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto uma inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época.¹⁶

Alguns aspectos destacados pelo autor são fundamentais para se entender o nascimento das universidades. Em primeiro lugar, seu aspecto citadino: as universidades se caracterizam como centros urbanos de saberes, diferentemente das escolas monacais, por exemplo. Sob este aspecto, saliente-se que o renascimento comercial, a divisão do trabalho entre o campo e as comunas, a organização do trabalho citadino sob a forma de corporação de ofício e o surgimento de ordens religiosas mendicantes

15 Evidentemente, não iremos tratar da Revolução francesa. Pretendemos apenas mostrar quanto os debates teóricos medievais influenciaram os destinos dessa nação na modernidade. Lembremos aqui as palavras de Guizot acerca das causas das revoluções. "Les causes des révolutions sont toujours plus générales qu'on ne le suppose: l'esprit le pénétrant et la plus vaste ne l'est jamais assez pour percer jusqu'à leur première origine, et les embrasser dans toute leur étendue". GUIZOT, F. III Essai. Des causes de la chute des Mérovingiens et des Carolingiens. In: *Essais sur l'Histoire de France*. Paris: Didier, 1857, p. 57.

16 VERGER, J. *Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: EDUSC, 2001, p.189-190.

(dominicanos e franciscanos) essencialmente cidadinas, tudo isso faz com que a vida medieva se processe cada vez no ambiente das cidades.

Em segundo lugar, o papel social que os homens de saberes passam a desempenhar no seio da comunidade, ora a serviço do papa, ora a serviço do príncipe. A proximidade com o poder propiciava aos intelectuais uma inserção política e cultural significativa na sociedade, pois, em geral, legislavam a favor ou contra as autoridades, questionavam ou assimilavam os antigos conhecimentos sagrados ou filosóficos. Tudo isso dava certa autonomia às universidades com relação à comunidade local, permitindo-lhes uma liberdade de atuação cultural, científica e política¹⁷ que foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento.

Assim, verificam-se nesse período mudanças significativas no espírito social. Se até então a Igreja, portanto, a religião, indicava o caminho intelectual, com o surgimento das universidades e de um novo intelectual modifica-se esse caminhar, colocando na ordem do dia a importância dos saberes científicos. Não é gratuito que, no século XIII, verificamos o florescimento das universidades, o início da formação dos estados modernos e, concomitantemente, este é o século da alta Escolástica.¹⁸

Verger salienta um aspecto que está presente, em geral, nas análises sobre as universidades medievais: o fato de a Universidade de Paris tornar-se o foco intelectual do Ocidente medievo e tornar-se o modelo para demais universidades.

Paris tornou-se, verdadeiramente, no século XIII, um foco maior de debate intelectual e de renovação das idéias. Centenas de jovens clérigos foram ali formados nas técnicas mais refinadas do trabalho intelectual, segundo métodos seguros. Evidentemente, este trabalho intelectual comportava regras às vezes rígidas, (...) mas a qualidade do ensino universitário parisiense levou a se fazer progressos decisivos em direção à autonomia, para não se dizer, à profissionalização, da cultura erudita. A figura ainda um pouco vaga das pessoas de saber passou a estar associada a um tipo social bem preciso e excepcionalmente prestigioso, o doutor. Compreender-se que a universidade de Paris tenha se tornada então um modelo que se procuraria imitar e reproduzir em toda a parte em que se fizesse sentir a aspiração a uma semelhante promoção da cultura.¹⁹

A universidade parisiense torna-se não apenas um exemplo, mas igualmente forma um novo profissional, o profissional da cultura, cujo trabalho

17 Isso não significa que os universitários viviam em completa harmonia com os habitantes da cidade. Muito pelo contrário, os documentos atestam frequentes enfrentamentos entre as gentes das universidades e os da comunidade. Várias universidades foram criadas em outros locais em virtude de migrações de mestres e escolares. Contudo, mediante as restrições e controles que os homens e instituições viviam no mundo feudal, as universidades tinham grandes espaços de liberdade científica e política.

18 Recentemente, publicamos um livro sobre a Escolástica e a sua importância para se entender o pensamento medieval. Ainda acerca do tema Escolástica, recomendamos a leitura de GRABAMANN, M. *Filosofia Medieval*. Barcelona: Labor, 1949 e os capítulos que tratam da temática na obra de Ruy Nunes da COSTA, *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1979.

19 VERGER. *Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*, p.208.

é o estudo, a ciência, o saber. Ousaríamos afirmar que se forma um novo personagem social vinculado ao saber: o doutor. Essa figura e essa função continuam a existir em nossas universidades. Aliás, cada vez mais, o título de mestre é algo que expressa somente uma formação intermédia.

Se Verger destaca a influência da universidade, ressaltando o seu papel político-cultural, Lusignan chama a atenção para o aspecto original dessa instituição.

De acordo com este autor, o surgimento da universidade, no início do século XIII, na França e em diversos outros pontos da Europa, representa uma grande "mutação" no sistema de ensino medieval. Pela primeira vez, funda-se e organiza-se uma instituição cuja identidade primeira é a dedicação ao estudo. Enfim, assiste-se, no interior das relações medievais, a criação de um espaço social destinado somente ao saber.

Une mutation importante s'est produite en France et ailleurs en Europe avec l'apparition des universités à l'aube du XIII siècle. Pour la première fois l'enseignement s'organisait en institution et s'affirmait l'identité propre de ceux qui se consacraient aux études. Depuis le début du Moyen Age, le christianisme avait favorisé le développement d'écoles pour assurer aux clercs la formation nécessaire à la lecture de la Bible et des Pères de l'Eglise, (...) L'université apparaît comme une création tout à fait neuve. Elle tenait sa première originalité du modèle corporatif, fort développé à cette époque, qu'elle emprunta pour organiser les rapports entre les maîtres et les étudiants et pour encadrer le déroulement des études.²⁰

A análise de Lusignan é elucidativa. Destacando o caráter original da universidade, ele chama a atenção para o fato dela se organizar sob a forma de corporação,²¹ assim como as demais atividades cidadinas. É o tributo que se paga à época. Contudo, um aspecto merece destaque: é o fato de o autor afirmar que, na Idade Média, o cristianismo sempre desenvolveu e impulsionou o desenvolvimento escolar. No entanto, a universidade é um *locus* novo, pois seu princípio não é mais o ensino no qual a religião é o seu fim, mas, o saber. A preocupação dos homens das universidades não é somente formar o clérigo, mas formar uma pessoa capaz de aprender e de ensinar. O saber deixa de ser um dom, uma graça divina, como era considerado até então. Torna-se uma atividade humana que qualquer um que possuísse intelecto racional poderia desempenhar, ou seja, qualquer

20 LUSIGNAN, S. *La construction d'une identité universitaire en France (XIII-XV siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p.9-10

21 A descrição feita por Heer das Universidades como corporação de ofício é um testemunho a mais do vínculo dessa Instituição com as demais atividades cidadinas. "Universitas, ce mot designe d'abord au Moyen Age un compagnonnage, une corporation comme il en existe tant dans les villes. Une guilde, un groupement de commerçants ou d'artisans, tout petite société organisée peut s'intituler 'université'. L'Université proprement dite n'est rien d'autre, au départ, qu'une corporation d'étudiants et de professeurs qui se groupent pour défendre leurs intérêts en terre étrangère". (HEER, F. *L'Univers du Moyen Age.*, p.254).

ser humano. O conhecimento, o ensino e o saber adquirem uma dimensão nova e essa é a grande inovação da universidade.

Dentro deste contexto, consideraremos o último aspecto do nosso texto, a importância da memória, da memória histórica medieval, para a construção de nossos saberes e de nossas identidades.

Para tratar da importância da memória como elemento formativo do ser (nesse sentido, a preservação da memória da universidade medieval é importante) basear-nos-emos em dois autores que trataram do papel da memória desta perspectiva. O primeiro é Le Goff, maior especialista contemporâneo em Idade Média. Utilizaremos seu texto *Memória-História*. O segundo é a maior autoridade da Escolástica e do pensamento medieval do século XIII, Santo Tomás de Aquino. Citaremos três questões da parte II – II da *Suma Teológica*. São as questões 47, 48 e 49, que tratam da questão da memória inserida na discussão sobre a *Prudência*.²² Não faremos, evidentemente, uma análise detalhada destas questões, pois isso implica um estudo de fôlego e tomá-lo como o único objeto de análise.

O fato de abordarmos primeiramente a análise de Le Goff deriva do fato de se tratar de uma interpretação da memória medieval, apresentando-as em suas características gerais. A análise de Santo Tomás tem como objetivo demonstrar de que maneira um dos maiores mestres da Universidade de Paris e da Escolástica investigou e mostrou a memória como um dos elementos fundantes da virtude da *prudência* e, portanto, elemento chave para o “reto agir humano”. Não estamos analisando santo Tomás para discorrer sobre a universidade porque suas obras já espelham e exemplificam suas características de mestre, mas para destacar uma questão vital que define o comportamento e a identidade do sujeito histórico, a memória. Assim, nossa intenção é indicar como esse mestre universitário tratou da questão da memória e demonstrou a sua importância para a formação da pessoa.

Principiemos pelo modo como Le Goff analisa a memória na época medieval.

De acordo com este autor, na Idade Média a memória estava diretamente vinculada à religião. A memória coletiva viria do cristianismo, na medida em que este tinha se estabelecido como ideologia dominante, “o essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante”.²³

O domínio do cristianismo e, de certa forma, do judaísmo, em muito contribuiu para a preservação da memória na Idade Média, pois seriam, segundo este autor, por excelência, religiões de recordação.²⁴

22 Estamos utilizando a tradução de Aquino feita por Lauand da questão da *Prudência*. TOMÁS DE AQUINO. *A Prudência. A virtude da decisão certa*. Trad., Introd. e notas de Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

23 LE GOFF, J. História-Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v.I, p.24.

24 LE GOFF, J. História-Memória, v.I, p.24

Nessas duas religiões, a lembrança é uma das suas principais bases de existência e divulgação, já que é necessário relembrar-se dos atos divinos e das palavras sagradas para assegurar a salvação espiritual.

Todavia, um outro aspecto da memória medievá é salientado por Le Goff. Ao lado de uma memória vivida diariamente pelos homens comuns, existiria um desenvolvimento da memória escrita entre os clérigos e literatos. Isto lhe permite afirmar que entre o grupo dominante existia equilíbrio entre memória escrita e oral.

Todavia, nestes tempos, o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória. (...) Durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval.²⁵

Assim, os homens comuns teriam acesso às canções de gesta pelo jogral, pelo canto, em última instância, pela sua memorização oral, enquanto que a memória escrita estaria presente nos grupos dominantes.

É precisamente por este equilíbrio entre a memória oral e a escrita estar vinculado a um grupo específico que ela predomina nas escolas, principalmente nas universidades. A Escolástica seria a expressão dessas duas memórias.

Riché afirma sobre a Alta Idade Média:

O aluno deve registrar tudo na sua memória. Nunca será demais insistir nesta atitude intelectual que caracteriza e caracterizará por muito tempo ainda, não só o mundo ocidental, mas o Oriente. Tal como o jovem muçulmano ou o jovem judeu, o estudante cristão deve saber de cor os textos sagrados. (...) Nesta época, saber de cor é saber. (...) No sistema escolástico das universidades, depois do final do século XII, o recurso à memória continua freqüentemente a fundar-se mais na oralidade que na escrita. Apesar do aumento do número de manuscritos escolásticos, a memorização dos cursos magistrais e dos exercícios orais continua a ser o núcleo do trabalho dos estudantes.²⁶

Assim, durante a Idade Média, a memória oral e a escrita estiveram presentes na vida dos homens, independentemente do seu lugar social. A memória foi um dos elementos constitutivos do intelecto medieval, seja por meio das novelas e das canções de gestas, seja pela memorização dos textos sagrados ou teóricos que os escolares medievais precisavam reter para construir seus saberes.

Passemos agora para a análise da forma como a memória é considerada Tomás de Aquino.

25 LE GOFF, J. História-Memória, v.I, p.29.

26 LE GOFF, J. História-Memória, v.I, p.30.

Ao tratar da questão da Virtude da Prudência, Tomás de Aquino destaca o fato de que o esquecimento pode interferir na prudência na medida em que os homens se esquecem de como deveriam agir e esse esquecimento pode, muitas vezes, ser prejudicial à sociedade. Nesse sentido, a permanência da memória é algo fundamental para a sociedade, pois indicaria o conhecimento que os homens têm de si mesmos ou, em oposição a isso, o desconhecimento que eles têm da sua história, das suas leis e do seu passado.

O esquecimento diz respeito ao conhecimento e, portanto, pode-se por esquecimento perder totalmente arte e ciência, que consistem em razão. (...) O esquecimento, porém, pode tornar-se um impedimento para a prudência, já que ela, para comandar, precisa de alguns conhecimentos, que, pelo esquecimento, podem desaparecer.²⁷

O esquecimento ou falta de lembrança afetaria a virtude da prudência, pois o homem prudente é aquele que comanda seu agir de acordo com o conhecimento. Prosseguindo na reflexão sobre a importância da memória no agir da virtude da prudência, santo Tomás destaca que: "(...) o conhecimento em si mesmo, que se refere ao passado, é *memória*; se se refere ao presente – quer se trate de realidades contingentes ou necessárias – chama-se intelecto ou *inteligência*".²⁸

Na verdade, Tomás de Aquino observa que o comportamento prudente ocorre quando se usa a reta razão e ela advém sempre do conhecimento que se processa no seio de duas demarcações temporais: o passado e o presente. O conhecimento ocorreria quando ensinamos ou aprendemos a partir do passado e do presente. O ensino/conhecimento do passado acontece quando nos remetemos à memória e o ensino/conhecimento, no presente, quando usamos nosso intelecto.

A discussão da importância da memória como parte substancial da virtude da prudência fica claramente explicitada na Questão 49, no artigo primeiro, quando argumenta e responde às objeções que a memória não era parte da prudência.

As respostas às três objeções constituem uma excelente aula sobre a memória, desde o seu exercício, passando pelo conhecimento, até quando nos ensina como podemos e devemos nos aconselhar com as lembranças.

Contra a primeira objeção deve-se dizer que, como já mostramos, a prudência aplica o conhecimento universal aos casos particulares, dos quais se ocupam os sentidos. Daí que a prudência requer muito da parte sensitiva, na qual se

27 TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teologia*. São Paulo: Paulus, 2001-2005. P.II – II, q.47, art.16.

28 TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teologia*, P.II – II, q.48, art. único.

inclui a memória. Contra a segunda objeção deve-se dizer que a disposição para a prudência de fato nos é conatural, mas seu desenvolvimento vem pelo exercício ou pela graça, como diz Cícero em sua *Retórica* (III, 16): a memória não se desenvolve só por natureza, mas por diversas técnicas e expedientes. E há quatro modos de aperfeiçoar a memória:

1. Estabelecer associações por semelhanças adequadas para o que se quer recordar. Mas não semelhanças usuais, pois com o que é invulgar nos admiramos mais e assim as impressões ficam mais fortemente gravadas: é por esta razão que nos lembramos mais das coisas que vimos na infância. (...)
2. É necessário organizar e dispor em ordem aquilo que se quer lembrar, de tal modo que haja uma associação de lembranças por encadeamento. (...)
3. É necessário que o homem tenha solicitude e afeto para com aquilo que quer recordar, pois quanto mais gravadas fiquem as impressões em nós, menos se esvanecem. (...)
4. É necessário meditar freqüentemente sobre o que queremos guardar na memória. Daí que o filósofo diga (*De Memória I*) que as meditações preservam a memória, pois como se diz no mesmo livro (*De Memória II*): 'o costume é como que uma natureza'. Daí que nos lembramos rapidamente do que muitas vezes consideramos, associando, como que naturalmente, uma coisa e outra. Contra a terceira objeção, deve-se dizer que devemos tomar do passado como que argumentos para examinar situações do futuro. E, assim, a memória dos fatos passados é necessária para bem aconselhar sobre o futuro.²⁹

Ao responder e refutar os argumentos, Aquino discorre sobre os diversos aspectos do agir humano no qual a memória atua de forma a contribuir e definir a prudência nos homens.

Um primeiro aspecto que deve ser considerado relaciona-se ao fato de que a memória não é uma qualidade inata no homem. Antes, aprendemos por meio do intelecto a fazer uso da memória. Um segundo aspecto relaciona-se com a nossa capacidade de associar os acontecimentos. Exatamente por isso não nos lembramos de tudo, mas daquilo que nos remete a algo que marcou nossas vidas. No que se refere aos acontecimentos em geral e à aprendizagem, só lembramos daquilo que poderemos fazer uso. Estabelecemos em nossas lembranças uma seqüência de fatos que procuramos preservar e, sob este aspecto, entramos num terceiro espaço da memória, o da afetividade. Segundo Tomás de Aquino, sempre nos lembramos de algo que remete à afetividade. Por isso, as lembranças da infância sempre povoam nossa memória. Um quarto aspecto vincula-se à meditação. Seguindo os passos do filósofo, Aquino observa que a meditação sobre algo sempre torna esse algo mais presente em nossa memória.

Um último aspecto das respostas desse artigo remete-nos ao nosso tema, o das universidades medievais. De acordo com santo Tomás, lembrar-se dos fatos do passado é importante porque esta memória nos aconselha sobre o agir presente e futuro.

29 TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teología*, Parte II – II, q.49, art.1.

Essas palavras sobre a importância da memória como elemento do agir prudente merecem uma reflexão. Quanto mais nos afastamos das nossas lembranças, especialmente das origens da universidade, que é o nosso espaço do agir, pois ela é um dos locais onde ocorre o ensino e a aprendizagem, mais nos distanciamos da virtude da prudência porque menos nos aconselhamos acerca do presente e do futuro do conhecimento. Sem essa preocupação mais generalizante do nosso agir nos reduzimos às nossas questões cotidianas e esquecemos de buscar a totalidade do conhecimento científico e humano.

Assim, lembremos o fato de que a universidade foi o primeiro espaço de *saber universalizante* que o Ocidente construiu nos últimos dois mil anos. Universalizante no que diz respeito ao conhecimento e no que respeita a integração das pessoas. Também esse espaço delineou nossas identidades sociais e científicas. Por meio da sua memória poderemos, quiçá, nos aconselhar sobre o seu futuro. Afinal, ela pode orientar nosso caminhar e agir. Concluimos reiterando algo que colocamos no início: se uma instituição existe há 800 anos e continua atuante (evidente dentro de novas condições e características), é porque ela ainda faz parte da História e continua construindo a identidade dos homens.